

## A inclusão do estudante surdo: os projetos desenvolvidos no município de Mãe do Rio-PA.

### ARTIGO/PRODUTO PEDAGÓGICO

1

**Tereza Marcella Cordeiro Ribeiro<sup>i</sup>**

Instituto Federal do Pará, Castanhal, PA, Brasil

**Maiane Santos Silva<sup>ii</sup>**

Instituto Federal do Pará, Castanhal, PA, Brasil

**Claudia do Socorro Azevedo Magalhães<sup>iii</sup>**

Instituto Federal do Pará, Castanhal, PA, Brasil



### Resumo

Este estudo tem por objetivo registrar e entender os projetos voltados aos estudantes surdos e como eles contribuem para disseminação da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS no município de Mãe do Rio- PA. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa participante e documental a partir das propostas desenvolvidas e registradas em três projetos da Secretaria Municipal de Educação e o Centro de Atendimento Educacional Especializado- CAEE. Os resultados demonstram que os projetos têm uma intencionalidade pedagógica e estão alinhadas às legislações que regulamentam a Libras e a Educação Bilíngue, entretanto, eles precisam ser ampliados no que diz respeito ao acesso, principalmente para as escolas do campo.

**Palavras-chave:** Libras. Educação Bilíngue. Projetos.

### The inclusion of deaf students: projects developed in the municipality of Mãe do Rio-PA.

### Abstract

This study aims to document and understand projects aimed at deaf students and how they contribute to the dissemination of Brazilian Sign Language (LIBRAS) in the municipality of Mãe do Rio, PA. The methodology involved participatory research and documentary analysis of proposals developed and registered in three projects of the Municipal Education Department and the Specialized Educational Assistance Center (CAEE). The results demonstrate that the projects have pedagogical intentionality and are aligned with legislation regulating LIBRAS and Bilingual Education; however, they need to be expanded in terms of access, particularly for rural schools.

**Keywords:** Pounds. Bilingual Education. Projects.

## 1 Introdução

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como um direito fundamental e um dever do Estado e da família, sendo promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, envolvendo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ou seja, educação é um direito fundamental do indivíduo e deve ser proporcionada com qualidade e igualdade, entretanto, os desafios para as escolas ofertarem um ensino qualitativo e equânime são muitos. Quando nos reportamos às comunidades tradicionais, esse direito tende inclusive a ser negado. A comissão de estudos da ALEPA (2022) divulgou um relatório com dados preocupantes, de acordo com o documento, entre os anos de 2000 a 2020, um total de 8.182 escolas foram fechadas no estado do Pará, sendo 6.752 nos territórios rurais e 1.430 nos territórios urbanos.

Outra modalidade de ensino que está prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB e em outros documentos e legislações nacionais, que também enfrenta dificuldades no acesso e na efetivação de políticas públicas, é a Educação Inclusiva. A Educação Inclusiva surge como reação das pessoas com deficiência, das famílias dessas pessoas e dos movimentos sociais para combater a segregação desses sujeitos.

Segundo Rogalski (2010) é a partir de 1870 que a Educação Inclusiva começa a ser discutida no Brasil, mas apenas na década de 1990 que essa discussão começa a ganhar destaque, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabeleceu as bases para a educação inclusiva no país. Esse modelo educacional busca garantir o acesso e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas características pessoais, em um ambiente educacional que valoriza a diversidade e promove a equidade. Na atualidade, vários direitos legais foram conquistados. Um deles é o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua de modalidade gestual-visual, reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 como a língua oficial da comunidade surda no Brasil. A Libras é a língua materna da comunidade surda e, portanto, é essencial para a comunicação e o desenvolvimento linguístico dessas pessoas. Além disso, a Libras é uma ferramenta importante para promover a inclusão social e a participação plena das pessoas surdas na sociedade. A relação entre a educação inclusiva e a Libras é essencial para garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes surdos no sistema educacional, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação ativa desses alunos na sociedade.

Com base nesses pressupostos, o objetivo deste estudo é entender e registrar a dinâmica de acessibilidade a partir das estratégias utilizadas por meio de projetos no município de Mãe do Rio- PA, para os estudantes surdos e a consequente expansão do acesso à língua materna da pessoa surda, Língua Brasileira de Sinais – Libras. Também é propósito deste estudo dar relevância e visibilidade à valorização da cultura surda por toda a comunidade escolar com o intuito de contribuir para a promoção da inclusão social dos sujeitos surdos.

A opção pelo tema ocorreu através do interesse das autoras em pesquisar o ensino de Libras no município supracitado, considerando que, apesar desse ensino ser obrigatório, nem todas as escolas disponibilizam desse acesso. Portanto, nosso problema de pesquisa é analisar de que maneira a Libras tem sido contemplada em três projetos desenvolvidos pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado- CAEE e pela Secretaria de Educação- SEMED. A aproximação com o tema ocorreu na experiência docente de uma das autoras que atua no local.

Este trabalho está estruturado em introdução, que contextualiza o tema e apresenta os objetivos e justificativas para a pesquisa, metodologia da pesquisa, que mostra a abordagem, a técnica para a coleta e análise de dados, a motivação da pesquisa e o lócus. Os resultados e discussões apresentam os resultados da pesquisa propiciados por meio da coleta de dados e buscam responder a problemática, fazendo

a análise dos projetos atuais existentes no município de Mãe do Rio- PA para os estudantes surdos.

Portanto, pretende-se com a publicação desta pesquisa dar visibilidade às práticas inclusivas para estudantes surdos no município de Mãe do Rio, a partir dos projetos elaborados pela Secretaria de Educação e o Centro de Atendimento Educacional Especializado- CAEE. Dessa forma, a pesquisa reúne informações relevantes para a promoção da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS nas escolas de Mãe do Rio.

## 2 Metodologia

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa (MINAYO, 2007), uma vez que busca registrar e interpretar a dinâmica de acesso a partir das estratégias utilizadas em Mãe do Rio- PA por meio de projetos voltados aos estudantes surdos do município. Primeiramente, realizou-se o levantamento bibliográfico, que é o passo inicial de uma pesquisa, no qual os autores tiveram contato com pesquisas e estudos desenvolvidos sobre o tema em questão.

Trata-se de uma pesquisa documental e participante, onde os projetos foram descritos por meio de documentos disponibilizados pela prefeitura para serem aplicados pelos professores da rede municipal de Mãe do Rio. A coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa documental. Os dados foram interpretados e organizados com base na análise qualitativa, muito comum nas ciências humanas, pois busca explorar a complexidade e a subjetividade dos fenômenos sociais, culturais e individuais a partir das fontes coletadas.

As etapas para realização do estudo partiram do levantamento bibliográfico como forma de subsidiar as ideias apresentadas, fundamentando-se no pensamento de Arroyo (2018), Krause (2020), Stumpf e Quadros (2019), Santos (2018) entre outros teóricos que discorrem sobre a educação inclusiva de pessoas surdas. Buscou-

se apoio nas garantias esboçadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB/96, que realça o entendimento da importância. Além do o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e reconhece a Libras como a língua própria da comunidade surda brasileira, reconhecendo-a como meio legal de comunicação e expressão.

Os projetos apresentados são desenvolvidos nas escolas de Mãe do Rio e atendem alunos das escolas urbanas e alguns alunos das comunidades rurais. Mãe do Rio é um município localizado na mesorregião do nordeste paraense, dispõe de uma área de 469,492 km<sup>2</sup> e sua população, de acordo com o Censo do IBGE de 2022, é de 34.353 habitantes. O município de Mãe do Rio foi criado pela Lei Estadual nº 5.456, de 11 de maio de 1988, com a emancipação do município que antes pertencia a Irituia. O nome da cidade é uma homenagem ao rio que, por sua vez, nos leva a pensar em um grande rio que recebe água de afluentes ou de outros rios menores.

Figura 1- Mapa da cidade de Mãe do Rio, PA.



Fonte: imagem extraída do Google Maps em 20 de janeiro de 2024.

### 3 Resultados e Discussão

Uma sociedade democrática e inclusiva tem por base o acesso do indivíduo aos seus direitos fundamentais. Tratando-se das pessoas com deficiências, alguns documentos são importantes, como a Constituição Federal de 1988, que estabelece

princípios fundamentais, como o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência e reforça a igualdade de direitos e a não discriminação, base legal para políticas inclusivas.

A Declaração de Salamanca, importante documento de 1994, influenciou as políticas educacionais em todo o mundo, promovendo uma mudança de paradigma voltada às práticas mais inclusivas. A Convenção de Guatemala em 1999 tornou-se um marco importante para a educação inclusiva na América Latina, pois reforça o compromisso dos países signatários em garantir a igualdade de oportunidades e direitos para pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação.

O Plano Nacional de Educação, PNE de 2008 e 2014, também são documentos relevantes quando se trata de garantias de direitos. Eles definem estratégias para garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, outro documento bastante relevante no contexto brasileiro é a Lei da Inclusão, Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelece medidas para garantir a acessibilidade e a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, e em ambiente educacional.

Percebe-se que nos últimos anos, tem havido avanços significativos quanto às leis que regem os direitos das pessoas com deficiências. Os avanços também surgem para o reconhecimento e apoio aos indivíduos Surdos e à Língua de Sinais Brasileira - Libras. A legislação brasileira, representada pela Lei n.º 10.436/2002 e pelo Decreto n.º 5626/2005, garante o direito ao uso da Libras pelas pessoas surdas, bem como o acesso à informação através da tradução ou interpretação Português-Libras.

Além disso, essas leis garantem aos estudantes surdos, inseridos em classes regulares, o acesso a intérpretes de Libras e a possibilidade de frequentarem escolas ou classes inclusivas e bilíngues. Como resultado, o cenário educacional atual reflete um maior reconhecimento e valorização da Libras. Mas, a democracia e a equidade entre cidadãos, vão além do simples reconhecimento legal das diferenças, de acordo Pinheiro, Sena e Serra (2022) é preciso que ocorra interação entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem

A legislação e as políticas públicas inclusivas são essenciais para garantir que a justiça social seja alcançada. Isso significa não apenas criar oportunidades equitativas, mas remover barreiras e proporcionar os recursos necessários para que as pessoas surdas de todos os territórios, possam contribuir plenamente e de forma significativa para a vida em comunidade. É válido destacar que no município de Mãe do Rio- PA, por meio do Centro de Atendimento Educacional Especializado-CAEE, localizado na área urbana tem se destacado pelo cumprimento da Leis vigentes no Brasil e mencionadas acima, como a promoção do ensino da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

O primeiro projeto intitulado “Momento Didático Pedagógico em Libras” tem como objetivo promover o ensino de Libras-L1, Língua Portuguesa-L2 e Matemática para os alunos surdos do município em consonância com o Decreto 5.626 de 2002, que garante que o Brasil deve adotar a Educação Bilíngue para surdos e o acesso através da Libras (L1) e da Língua Portuguesa escrita como (L2).

E como é previsto na legislação as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, essa ação se constitui no cumprimento de Políticas Públicas Educacionais fomentadas na Lei de Diretrizes e bases da Educação-LDB nº 9394/1996 que teve acrescido o capítulo V-A em 2021 da Lei nº 14.191 que garante a Educação Bilíngue afirmando no Art. 60-A:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL,1996).

Observa-se que a efetivação desta política rompe com o tradicionalismo da pedagogia ouvinte estabelecida por longos anos. O projeto utiliza técnicas inerentes a “Pedagogia Visual” com foco na prática pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem fundamentados na exploração visuoespacial; e a “Pedagogia Surda”

que nas perspectivas de sujeito surdo tem acesso às duas línguas, tendo suas peculiaridades respeitadas.

Nota-se que nesta segunda técnica, abrange não somente a escolarização, mas perpassa pelo campo da socialização. E levar em conta a língua materna de um indivíduo surdo concomitante as possibilidades de acessos para interação implica na participação plena na sociedade e pode potencializar os campos da aprendizagem, além de nortear a prática docente a explorar a língua de sinais como potencializadora da significação da existência e da inclusão social da pessoa surda. Nesse sentido, a autora surda Krause (2020) destaca:

A inclusão social de pessoas com deficiências, em especial com relação aos sujeitos surdos, requer a realização de uma série de políticas públicas capazes de promover a inserção social, nas mais variadas dimensões, de indivíduos que por algum motivo são excluídos ou ficam à margem do processo de socialização e de construção da cidadania. A acessibilidade na comunicação é um fator muito importante para o pleno exercício da cidadania dos surdos assim como também contribui para uma melhor integração e inclusão dos mesmos, nos distintos espaços sociais. (KRAUSE, 2020).

Uma das contribuições desse projeto é promover a aquisição das libras, uma vez que o aluno chega na escola com a língua caseira adquirida no convívio familiar e para que sua comunicação se amplie a aquisição da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS é significativa para este indivíduo, pois a escolarização não deve limitar a comunicação e sim explorar técnicas de expansão da linguagem por meio da exploração visuoespacial.

O ambiente escolar tem um papel crucial na vida de todas as pessoas, pela oportunidade de desenvolver a vida acadêmica, social e emocional dos indivíduos. Projetos como este, podem proporcionar o acesso da pessoa surda ao currículo, interagir com colegas e docentes. Mas o suporte escolar precisa ser adequado com a tecnologia necessária para a execução, como interprete de Libras, materiais adaptados e professores capacitados e comprometidos em tornar a inclusão do surdo possível. Esse projeto pedagógico constituiu uma parcela representativa das inúmeras ações anuais que o município desenvolveu para o público da temática em questão.

O segundo projeto que se destaca é o “Festival Municipal de Talentos em Libras” que teve sua terceira realização no ano de 2023. Traz em seu objetivo geral a intenção de disseminar a Libras à população mãeriense. De acordo com informação contida no projeto, o Presidente da Associação de Surdos do município de Mãe do Rio, informa que aproximadamente 30 pessoas surdas ou com deficiência auditiva estavam cadastradas em 2023 na cidade.

Para o entendimento do conceito de quem são as pessoas surdas, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 em seu Art. 2º especifica pessoa surda como aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. A Lei de nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, conceitua em seu artigo 1º e respectivamente no inciso 1º: a pessoa com “deficiência auditiva”

Art. 1º Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, adotar-se-á, como valor referencial da limitação auditiva, a média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz) (BRASIL, 2023).

Vale ressaltar que, nas perspectivas inclusivas, as limitações da condição física que a pessoa surda apresenta em um mundo de ouvintes, não devem ser consideradas impedimentos para o acesso à escolarização e socialização. A pessoa surda traz em suas mãos e expressões corporais a narrativa de toda a sua história e existência, a sua língua própria molda e reflete sua cultura e identidade. Nesse sentido valorizar a diferença viabiliza a inclusão, pois segundo Arroyo (2018), é necessário valorização da diversidade para promoção e a participação ativa na sociedade.

Nesse projeto os usuários da língua de sinais apresentam suas habilidades na música, dança, poesia, piadas entre outras disposições apresentadas pelos envolvidos do projeto. A culminância do projeto resulta em um evento de apresentações

que evidencia a riqueza da pedagogia surda no município de Mãe do Rio, no Pará. Além de oportunizar a reunião da comunidade surda para que compartilhem suas experiências, expressem sua arte e torne as ações significativas para eles, evidenciando o respeito pela diversidade linguística e cultural.

Desse modo, ocorre a valorização das sutilezas culturais, como essenciais para a manutenção da cidadania como direito. Compreender como diferença a diversidade cultural é oferecer um olhar novo para a cultura, para o humano, para a pluralidade, evitando a opressão (STUMPF; QUADROS, 2019). Tal ação sinaliza para a construção de espaços seguros e acolhedores de modo que os surdos se sintam valorizados e conectados com a sua comunidade.

Esse projeto proporciona a conexão das pessoas envolvidas e inclui surdos e ouvintes. Estimula a prática da Libras e busca oportunizar o desenvolvimento de seus talentos, pois promove a inclusão e a comunicação eficaz entre surdos e ouvintes e possibilita quebrar barreiras linguísticas e culturais. Possibilita também o aprendizado e a utilização da Libras pelos ouvintes demonstrando respeito pela comunidade surda e sua língua, isso contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Essa questão de valorização tem perspectiva multicultural onde a identidade e a cultura predominam sobre o aspecto linguístico, sem a intenção de excluir ou secundarizar, já que para os surdos este aspecto é determinante, mas como elemento da identidade cultural. (SANTOS, 2018). E não basta apenas aprender os códigos linguísticos da Libras é necessário pensar estratégias e técnicas de exploração e alcance dos indivíduos em seus espaços fazendo florescer o sentimento de pertencimento e aprendizagens significativas.

Para Perlin (2015) a cultura deve ser entendida como um espaço de realização da cidadania, que supera a exclusão social por políticas/práticas que garantem o plurilinguístico e pluriculturalismo dos povos que constituem o estado. A consciência da comunidade sobre as necessidades e os direitos das pessoas surdas a

acessibilidade em todos os âmbitos sociais, é desenvolvida nos projetos voltados a cultura surda e nutrem a necessidade de superar os entraves de participação.

Considera-se que a cultura surda não se limita apenas a Língua Brasileira de Sinais ou as demais línguas utilizadas pelos surdos em outros países, mas engloba também valores, normas, tradições, histórias e arte compartilhada (QUADROS; CAMPELLO, 2010). E com a iniciativa do projeto Festival de Talentos em Libras, fomentar a participação da pessoa surda na sociedade, enriquece a comunidade como um todo, promove o respeito a diversidade e construção de um mundo mais justo e inclusivo para todos.

O último projeto analisado chama-se “Vivenciando Profissões: Uma Experiência de Preparação para o Trabalho”, destinado não somente aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva, mas a todos os alunos do 9º ano matriculados no Atendimento Educacional Especializado-AEE do município. Os organizadores são os membros da equipe multidisciplinar do CAEE da Secretaria Municipal de Educação e dentre os profissionais ouvintes um professor surdo integra a organização, fator que pode ser considerado relevante para o desenvolvimento de projetos voltados para acessibilidade de pessoas surdas.

O desenvolvimento se dá por meio de oficinas práticas e tem o objetivo de trabalhar o comportamento de escolha, tomada de decisão e autovalorização da Pessoa com Deficiência (PcD) por meio do autoconhecimento e reflexão sobre a multiplicidade dos aspectos envolvidos, gerando esperança, sonhos e perspectiva de futuro. Isso demonstra que há uma preocupação da secretaria municipal de Educação na inserção desses sujeitos na sociedade e no mercado de trabalho.

Krause (2021) descreve que acessibilidade é o apoiar a pessoa com deficiência para a efetiva participação nas diferentes esferas sociais, e isso implica na quebra de barreira atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, comunicacional, digital e de transporte. Assim, pode se afirmar que parte da materialização da superação de barreiras na prática são evidenciadas no projeto “Vivenciando profissões”.

Historicamente os sujeitos surdos eram vistos como incapazes de ingressar no mercado de trabalho e enfrentavam discriminação e exclusão. Estereótipos e preconceitos sobre suas capacidades e habilidades foram, muitas vezes, criados para impedir que pessoas surdas desempenhassem certas funções. Depois que os surdos se dispuseram a ocupar os espaços de trabalho surgiu a necessidade de serem vistos como úteis para o estado.

Lane (1992) como defensor da plena participação da pessoa surda sustenta a ideia que a surdez não deve ser concebida com uma deficiência, mas sim como uma diferença cultural, ao considerar que estes possuem sua própria língua, história e valores. O autor ao criticar a exclusão dos surdos no mercado de trabalho destaca que a reabilitação dos ociosos, vistos como ônus para estado, passa a ser um meio viável para concebê-los como cidadãos produtivos.

Assim, o ingresso da pessoa surda no meio trabalhista é marcado pelo capacitismo, isto é, inferiores, incapazes, submetidas a trabalhos manuais ou ocupações de baixa qualificações. No entanto, nas últimas décadas, um movimento crescente pela inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho tem acontecido. E tem demandado mudanças na legislação, avanços de tecnologias assistivas e ampliação da conscientização sobre os direitos de empregabilidade dessas pessoas.

O projeto realizado no município foca na educação e é pertinente na capacitação necessária do indivíduo surdo ou com qualquer deficiência para que sejam inseridos no mercado de trabalho. As oficinas práticas desempenham importante papel no desenvolvimento pessoal, social e profissional desses alunos que se encontram na última etapa do ensino fundamental II. Esses espaços possibilitam aprendizado específico com capacitação adaptada às necessidades e habilidades de cada indivíduo.

As oficinas também funcionam como forma de interação e locais de encontro entre surdos e demais participantes, como troca de experiências que propiciam a aquisição de novas habilidades, aprimoram a comunicação e fortalecem as relações interpessoais necessárias para o ingresso no mercado do trabalho. Embora a

existência da superação de desafios, como o preconceito e a falta de acessibilidade nos ambientes, essas ações representam importantes passos na direção da inclusão e igualdade de condições.

Os resultados da observação participante também mostraram que tem ocorrido um avanço no que diz respeito às políticas públicas inclusivas e que o município se encontra no caminho certo para alcançar novos patamares de inclusão, mas o grande desafio ainda tem sido o paradigma de romper com as ações urbanizadas dos projetos existentes. Pois, isso requer uma logística diferenciada, mudanças, saída da zona de conforto e principalmente o conhecimento da realidade de cada comunidade pertencente ao território mæeriense.

É válido ressaltar que os projetos recentes têm a pretensão de atendimento de toda rede, mas ainda deixam lacunas quanto a sua expansão e acesso, visto que, a realização dos eventos tem acontecido exclusivamente na área urbana. Por isso, a relevância de se pensar estratégias de ampliação das ações para que a pessoa surda ou com qualquer outra deficiência que reside e tem sua escolarização longe dos espaços urbanos não sejam “alvo de dupla diferença negativa criada pela sociedade” (Caiado, 2017, p.16).

Portanto, esta pesquisa constatou a promoção da inclusão e o acesso equitativo à educação, instrução para o trabalho e socialização. Essas abordagens pedagógicas além de incluir, usar tecnologias assistivas apontam para capacitação profissional desses indivíduos, garantindo seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. A análise documental dos projetos desenvolvidos para comunidade surda no município, concomitante ao acompanhamento participativo dessa dinâmica, apontam a necessidade de aplicação dos projetos também nas comunidades campesinas, as quais são matriculadas pessoas com deficiências, incluindo as pessoas surdas.

#### **4 Considerações finais**

Os projetos voltados para comunidade surda do município de Mãe do Rio - PA, desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão. Asseguram a garantia de direitos educacionais, sociais e culturais, além de reconhecer e valorizar a língua de sinais e a identidade surda. Contribuem na construção de ambientes para o exercício do respeito e acolhimento das especificidades da língua e da cultura dos surdos.

As questões levantadas nessa pesquisa culminam na busca por entendimento de como os projetos que envolvem a libras têm sido pensados e ofertado a na rede municipal. Com base na observação participante deste estudo, é possível concluir que se trata de pessoas com desejos, sonhos e projetos, que querem entender e serem entendidas por aqueles que as cercam, que desejam contar suas histórias, que precisam ter seus direitos de acesso contemplados plenamente.

Portanto, nota-se que o município de Mãe do Rio-PA, apresenta boas propostas de acessibilidade surda e tem caminhado em direção a avanços pela realização de projetos que promovem a interação e a disseminação da língua e cultura surda. É importante registrar, por meio desse trabalho, o que o município já desenvolve nesse sentido.

Os resultados apontam que os projetos trazem grandes benefícios para a comunidade surda do território urbano, tendo em vista que acessibilidade e a educação de surdos não é uma realidade de muitos municípios no estado do Pará, mas é preciso ressaltar que há uma necessidade de ampliação desses projetos, principalmente para que eles cheguem nas comunidades e escolas do campo.

No entanto, é imprescindível que esses projetos sejam contínuos, adaptativos e envolvam a participação cada vez mais abrangente. Suas etapas no processo de planejamento e implementação precisam incorporar sempre a redução de barreiras e desigualdades enfrentadas pela comunidade surda na participação plena em sociedade. Visto que, a educação de qualidade, o acesso aos serviços públicos de saúde e lazer, e a oportunidade de desenvolvimento profissional para o ingresso no

mercado de trabalho, precisam ser assegurados e podem contribuir com a garantia da eficácia e do desenvolvimento de comunidades surdas urbanas e camponesas.

## Referências

15

ARROYO, Miguel Gonzalez. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 1098-1117, 2018.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado Do Pará. **Relatório da Comissão de estudos sobre as diretrizes da educação dos povos do campo, indígenas, quilombolas e extrativistas**. Belém, Pará, 2022.

BRASIL, Lei Nº 14.191, de 3 de agosto DE 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para expor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso e 15 de janeiro de 2024.

BRASIL, Lei 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso e 24 de janeiro de 2024.

BRASIL, Lei Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 Disponível em: 39 <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/49550033/artigo-4-da-lei-n-13146-de-06-de-julho-de-2015> Acesso em: 27/01/2024.

BRASIL, Lei Nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. Disponível em: [L14768 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em 29 de janeiro 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KRAUSE, Keli. A Implementação de Políticas para a Comunidade Surda no Campo dos Meios de Comunicação: uma análise comparativa Brasil-Argentina. Curitiba: Editora Appris, 2020.

KRAUSE, Keli. Desigualdade e Cidadania Comunicativa Surda no Cenário Atual do Brasil. Porto Alegre-RS, 2021. Anais do IV Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob o tema Desigualdades no Brasil: cenário atual e pós pandemia. Porto Alegre - RS, novembro de 2021. Disponível em: [8.pdf \(pucrs.br\)](https://pucrs.br/8.pdf)

LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada. São Paulo: Instituto Piaget, 1992. 286p.

MELETTI, Silvia Marcia Ferreira; GERMANO, Jéssica; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Professores com deficiência que atuam na educação brasileira: um estudo do censo escolar de 2016. **Revista Cocar**, v. 13, n. 26, p. 182-199, 2019.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PERLIN, Gladis; DE SOUZA, Regina Maria. Política inclusiva e acesso ao ensino público: resistência e espaços de negociação. **Revista Digital de Políticas Linguísticas (RDPL)**, v. 7, p. 52-70, 2015.

PINHEIRO, A. P.; SENA, L. de S.; SERRA, I. M. R. de S. Ensino híbrido na educação de surdos durante a pandemia: desafios da formação. Educ. Form., [S. l.], v. 7, p. e8312, 2022. DOI: 10.25053/redufor.v7.e8312. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8312>. Acesso em: 29 fev. 2024

QUADROS, Ronice Muller de; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Constituição política, social e cultural da Língua Brasileira de Sinais. In: Lucienne Matos da Costa Vieira-Machado, Maura Corcini Lopes. (Org.). Educação de Surdos: Políticas, Língua de Sinais, Comunidade e Cultura Surda. 1ed.Santa Cruz/RS: EDUNISC, 2010, v. 1, p. 15-47.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. In: Revista de Educação do IDEAU, vol. 5, nº 12, Quatro Irmãos, RS, 2010.

STUMPF, Marianne Rossi ; QUADROS, Ronice Muller de . A presença dos surdos nas pesquisas das línguas de sinais. In: Regina Maria de Souza. (Org.). História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da libras no Brasil. 1ed.Curitiba: CRV, 2019, v. 2, p. 227-248.

SANTOS, Hermínio Tavares S. dos. A construção de identidades surdas no curso de letras/libras: condições para a metamorfose ou não-metamorfose. In: congresso brasileiro de educação especial, 2018, São Carlos - SP. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial. CAMPINAS: GALOÁ, 2018. v. 3. a Construção das Identidades Surdas no Contexto das Relações Escolares | Galoá Proceedings. Acesso em 11/02/2024.

<sup>i</sup> **Tereza Marcella Cordeiro Ribeiro**, ORCID: 0009-0007-9527-0757

Instituto Federal do Pará

## Minicurrículo

Possui graduação em Pedagogia (Faculdades Integradas Ipiranga-2013); Graduação em Matemática (UFPA-2017). Pós-graduação em Neuropsicopedagogia e cursa especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento sustentável da Amazônia (IFPA). É docente efetiva na Prefeitura Municipal de Mãe do Rio-PA.

Contribuição de autoria: A autora desenvolveu investigação, primeira redação, escrita e edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2602990682652047>

E-mail: [marreirosmarcella@gmail.com](mailto:marreirosmarcella@gmail.com)

<sup>ii</sup> **Maiane Santos Silva**, ORCID: 0009-0004-1047-9518

Instituto Federal do Pará-Universidade Federal do Pará

## Minicurrículo

Graduada em Pedagogia (UEPA-2023). Pós-graduanda em Educação do Campo e desenvolvimento Sustentável na Amazônia pelo IFPA e em Educação Ambiental e Sustentabilidade pela UFPA. Faz parte da coordenação pedagógica do cursinho pré-vestibular ACESSO da Universidade do Estado do Pará campus XVII. Pesquisa Educação do Campo, Educação Inclusiva, Educação Popular, Práticas Pedagógicas e metodologias de ensino.

Contribuição de autoria: a autora contribuiu com a delimitação do tema, metodologia da pesquisa, escrita e correções do trabalho.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8179548221242748>

E-mail: [maiane.silva@aluno.uepa.br](mailto:maiane.silva@aluno.uepa.br)

<sup>iii</sup> **Claudia do Socorro Azevedo Magalhães**, ORCID: 0000-0002-5498-432X

Instituto Federal do Pará - Universidade Federal do Pará

## Minicurrículo

Possui graduação em Letras (UFPA-2007), Pós-graduação em Docência em Libras, e em Tradução e Interpretação da Libras. É mestra pelo PPDRGEA-IFPA. Faz Doutorado PPDRGEA/IFPA. É docente do IFPA. Membro do NAPNE, CEI/GT/PROEN e Grupo de pesquisa LICIT/IFPA. Pesquisa Terminologia, Lexicografia, Educação do Campo, Língua Brasileira de Sinais – Libras e Língua Portuguesa para pessoas surdas.

Contribuição de autoria: A autora participou da revisão bibliográfica, escrita e revisão final do texto

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1688821164850251>

E-mail: [claudia.magalhaes@ifpa.edu.br](mailto:claudia.magalhaes@ifpa.edu.br)